

A Sociedade Brasileira de Física e a Política Nuclear Brasileira

A Sociedade Brasileira de Física acompanha atentamente o desenvolvimento do setor nuclear brasileiro, a exemplo do processo de domínio do ciclo completo da tecnologia nuclear no Brasil. Várias comissões formadas pela SBF têm examinado este tema, em que ela é reconhecida como interlocutor qualificado junto às outras associações científicas e aos órgãos oficiais.

A SBF defende o direito do Brasil e de todas as nações desenvolverem, de forma autônoma ou em associação, o uso da energia nuclear para fins pacíficos, incluindo-se aí as técnicas modernas de enriquecimento de urânio. Para isso, a SBF reconhece a necessidade de fortalecimento dos tratados internacionais para promover a eliminação universal das armas atômicas e garantir o direito das nações de atingirem autonomia no uso pacífico das tecnologias nucleares.

As nações que desenvolvem e operam seus programas nucleares, o fazem em segredo, devido à intersecção entre o energético e o estratégico. Tendo sido pioneiro e inovador na superação dessa contradição, por possuir item constitucional proibindo uso e fabricação de armas nucleares, o Brasil tem tido posição privilegiada para ações diplomáticas pelo desarmamento nuclear global. Aliás, quando o Congresso Nacional ratificou a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o fez com a exigência de que o país atuasse nas Nações Unidas com esse propósito.

No Brasil, as funções de licenciamento e fiscalização, assim como as ações de fomento e pesquisa de tecnologias nucleares, estão todas sob responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Identificando contradições que podem prejudicar a proteção e a segurança da população e de indivíduos ocupacionalmente expostos, e mesmo a preservação ambiental, a SBF recomenda às autoridades governamentais que se promova responsabilmente a necessária separação institucional entre essas atividades potencialmente conflitantes, sugerindo que tal separação se faça por meio de proposta ao Congresso Nacional.

Em plano mais geral, a SBF recomenda a ampliação do fórum de discussão do Programa Nuclear Brasileiro, hoje restrito ao Executivo, para inclusão do Legislativo, que constitucionalmente deverá aprová-lo, tendo em vista as implicações econômicas, estratégicas e ambientais.

Quanto à participação nuclear na matriz energética brasileira, manter os atuais 2,5% de um montante crescente demandaria significativos investimentos. Nesse sentido, a SBF aponta a importância da estabilidade nos financiamentos, cujos descompassos têm causado perdas. Recomenda também que segurança e fomento nuclear sejam independentemente promovidos, assim como reitera a importância do domínio efetivo do ciclo do combustível nuclear, para evitar novas relações de dependência energética.

Nesse último aspecto, só se pode falar em autonomia tecnológica, se a pesquisa científica de base não for descuidada no setor. Também nas investigações científico-tecnológicas de mais longo prazo, a exemplo do uso energético da fusão nuclear, o Brasil deve se juntar aos esforços de pesquisa internacionais.

No plano internacional, as recentes mudanças estratégicas, como as negociações para cooperação nuclear entre EUA e Índia, não signatária do TNP, como as tensões envolvendo o programa nuclear iraniano ou como a reação aos testes nucleares na Coreia do Norte, recomendam esforços renovados para se implementarem políticas de

desarmamento nuclear global. Vale lembrar que nesse sentido o Brasil está particularmente bem qualificado.

Certamente, a SBF tem interesse e apreço por todo desenvolvimento científico e tecnológico nacional, e se tem especial cautela relativamente à política nuclear, isso se deve ao fato de que, por exemplo, colocar em operação uma central nuclear implica em compromisso de mais de meio século de consistente fiscalização de segurança, ou seja, exige uma política de Estado ao longo de uma dúzia de gestões presidenciais, e é preciso supor que a nação tenha amadurecido para isso.

Tendo em vista essas considerações, uma retomada do programa nuclear, iniciada, por exemplo, com a construção da usina nuclear Angra 3, deveria ser condicionada pela busca de atualização e autonomia tecnológica garantida pelo consistente desenvolvimento de recursos humanos, por uma explícita política de segurança e proteção ambiental, e por revelar a perspectiva de evolução da matriz energética e, nesta, as razões e o ritmo da ampliação da participação nuclear.

No plano nacional, o início de um novo mandato do legislativo e do executivo federal constitui um momento oportuno para essa sinalização de políticas de Estado, que exigem tomadas de posição duradouras, como deveria ser o caso do Programa Nuclear Brasileiro, o que também constitui uma das razões para este posicionamento da Sociedade Brasileira de Física.

Adalberto Fazzio
Presidente
Sociedade Brasileira de Física